

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

GENECI DA ROSA QUEVEDO GONÇALVES

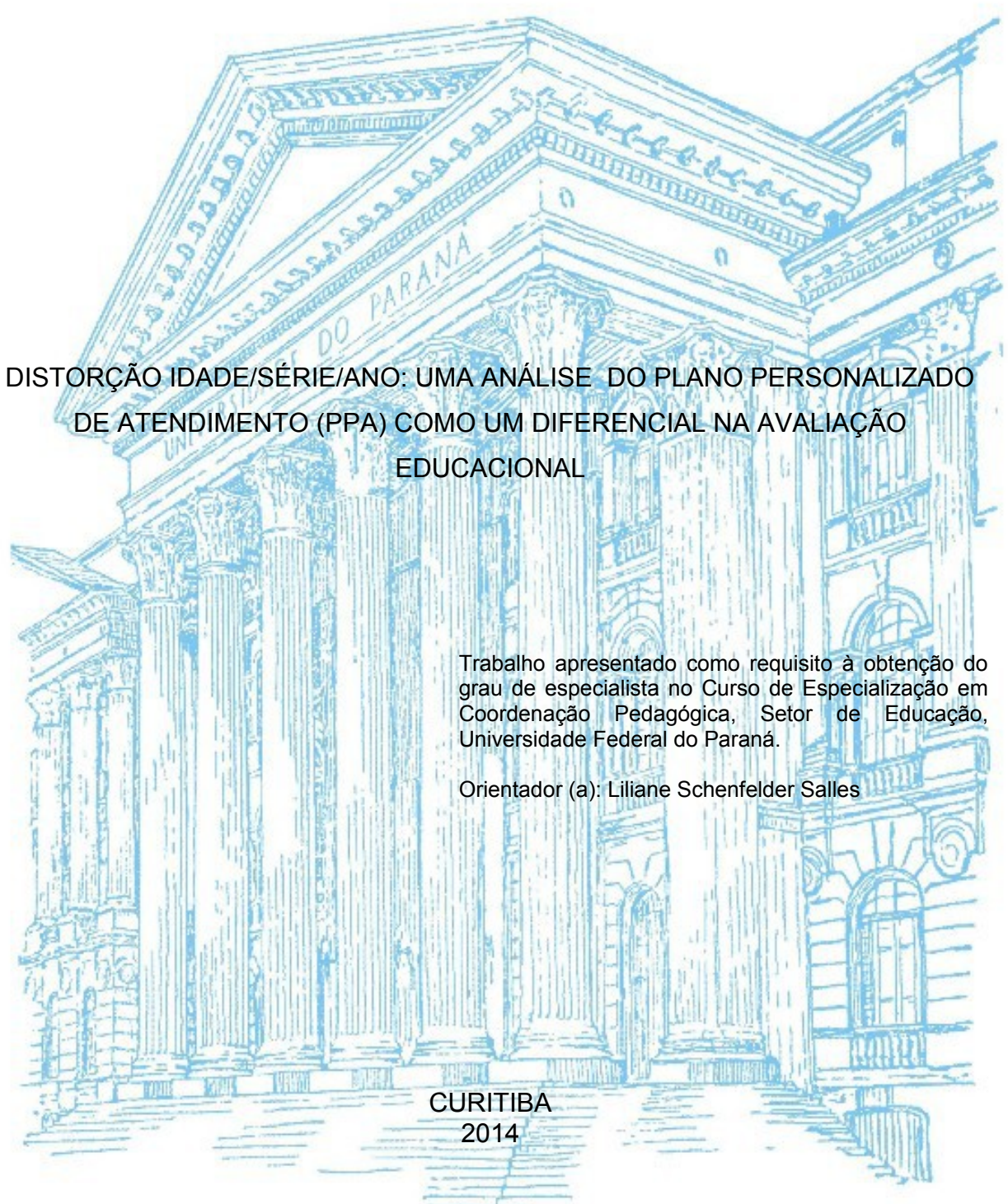
DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE/ANO: UMA ANÁLISE DO PLANO PERSONALIZADO
DE ATENDIMENTO (PPA) COMO UM DIFERENCIAL NA AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

GENECI DA ROSA QUEVEDO GONÇALVES



DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE/ANO: UMA ANÁLISE DO PLANO PERSONALIZADO
DE ATENDIMENTO (PPA) COMO UM DIFERENCIAL NA AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Liliane Schenfelder Salles

CURITIBA
2014

DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE/ANO: UMA ANÁLISE DO PLANO PERSONALIZADO DE ATENDIMENTO (PPA) COMO UM DIFERENCIAL NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

GENECI DA ROSA QUEVEDO GONÇALVES¹

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar e descrever o Plano Personalizado de Atendimento que possibilitou a melhoria na qualidade educacional de três escolas públicas do estado do Paraná na área metropolitana norte de Curitiba, também demonstrou ser um diferencial na avaliação para corrigir o atraso escolar dos alunos. Investigando os indicadores educacionais das escolas públicas do Paraná, constatou-se um índice acima da média, no estado, relativo a defasagem idade/ano/série dos alunos das referidas escolas, antes da aplicabilidade do mesmo. Com os dados aqui coletados, o estudo realizado apresenta algumas especificidades e desafios deste Plano Personalizado, bem como possibilita a obtenção de ferramentas para trabalho pedagógico na reclassificação de alunos e, igualmente, subsidia novos estudos sobre a permanência e o sucesso do aluno na escola, tendo como alvo a prevenção do abandono e evasão escolar. Como órgão público da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, o Centro de Atividades Pedagógicas Vila da Cidadania, em Piraquara-PR, possui autonomia para refletir, pesquisar e viabilizar ações para a melhoria da prática pedagógica com fins na qualidade educacional e na articulação da educação não-formal com a educação formal. Este trabalho mostra uma das muitas ações, no intuito desta melhoria, e usa como pressuposto princípios essenciais que é o de resgatar a cidadania na escola, os valores morais, éticos e humanos, sendo estes, os principais motivos que move ao resgate da autoestima.

Palavras-chave: Avaliação; Distorção Idade/Série; Plano Personalizado de Atendimento; Sucesso escolar.

¹Artigo produzido pela aluna Geneci da Rosa Quevedo Gonçalves do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Liliane Schenfelder Salles. E-mail: geneci_qvdoncalves@hotmail.com

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
1.1 O CENTRO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS VILA DA CIDADANIA - CAPVC	11
2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: ALGUMAS ESPECIFICIDADES	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO PERSONALIZADO DE ATENDIMENTO: CONCRETIZANDO AS FASES DE ATENDIMENTO.....	20
4 ANÁLISE DE DADOS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31
ANEXO 01	34
ANEXO 02	35

1 INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver e acompanhar o Plano Personalizado de Atendimento (PPA) aos alunos em distorção idade/série/ano, no Centro de Atividades Pedagógicas Vila da Cidadania (CAPVC) em Piraquara/PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte de Curitiba, iniciou-se a partir da realidade escolar pública com altos índices de abandono e evasão escolar e com a distorção idade série, conforme Ideb/Censo Escolar/Inep.²

Vislumbrando a permanência na educação escolar para que se busque a efetiva qualidade social da educação, visando assim cumprir o papel que lhe cabe como instituição formadora de sujeitos e cidadãos críticos e participantes da sociedade, detentores do conhecimento científico-tecnológico e justiça social, os profissionais envolvidos propõem-se em resgatar a cidadania, a autoestima e os valores humanos de sessenta e um (61) alunos com dificuldades sérias de aprendizagem e outros com idade para ingressarem no mercado de trabalho, mas sem perspectiva de mudanças.

Objetivou-se o levantamento do número de alunos que estarão tendo saldo positivo de aproveitamento escolar, após um trabalho de aulas preparatórias, reuniões, estudos independentes, acompanhamento pedagógico consistente, conversas e diálogos reflexivos exaustivamente positivos e motivadores por parte de todos os envolvidos, confiança e comprometimento no trabalho diário da equipe docente, participação efetiva e comprometimento dos responsáveis pelos alunos e aplicabilidade das avaliações, para que se pudesse levantar qual a porcentagem de alunos que teriam a possibilidade da recuperação de estudos com êxito.

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo verificar e avaliar os benefícios, para o aluno e para a escola, do Plano Personalizado de Atendimento (PPA) como instrumento no processo de melhoria da qualidade educacional, auxiliando na

²O Censo Escolar é o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=223> Acesso em: 19/07/2014

diminuição da distorção idade/série/ano relativos a cinquenta e oito (58) alunos dos sessenta e um (61) avaliados, de três (03) colégios estaduais participantes em atividades de contraturno no Centro de Atividades Pedagógicas Vila da Cidadania (CAPVC).

A possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante avaliação da aprendizagem³, permite a recuperação de estudos e o melhor aproveitamento por parte dos referidos alunos. Com vistas ao pleno desenvolvimento do aluno e seu resgate à cidadania e aos valores morais, éticos e humanos, a função da escola também é promover ações que elevem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Embasando-se no artigo 206, inciso I da Constituição Federal (CF), que tem como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, verifica-se a importância de adotar programas que promovam ações para correção da defasagem idade/ano de escolaridade, sabendo do papel que a escola tem na vida do sujeito e da sociedade, oportunizando o desenvolvimento do interesse e motivação do aluno e a conseqüente melhoria intelectual, cultural, psicológica e física do indivíduo.

Segundo W G. Van Velzen (1985, *apud* Thurler, 1998), a avaliação da escola tem como principal objetivo seu aperfeiçoamento, logo ela se situa não no registro da medida, mas no da ação, da regulação⁴. Se a avaliação é apenas um meio, é preciso adaptá-la ao que se sabe agora sobre o funcionamento efetivo das escolas, isso leva, muito logicamente, a colocar a autoavaliação na base de uma busca da eficácia, apostando-se (M. RUNKEL *et al.*, 1979, *apud* THURLER, 1998) num conjunto de procedimentos que tornam a escola capaz de resolver seus próprios problemas: o diagnóstico; a coleta de dados; o desenvolvimento de ações coordenadas e a supervisão. Para Luckesi (2008), o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidades atribuídas ao objeto em questão, mas uma tomada de posição a partir do valor atribuído a ele – objeto – por uma comparação a um determinado padrão. A partir desta, ocorre uma nova decisão e uma nova ação

³Sobre a concepção de educação para basear a avaliação da aprendizagem, ver art. 47 Res. Nº 4 de 13/07/10 que define DCNGEB.

⁴Conjunto de técnicas ou ações que, ao serem aplicadas, permitem a estabilidade a um comportamento previamente definido.

de deixar o objeto avaliado como está ou tomar uma atitude do que fazer com ele, assim diante desta premissa, e, percebendo a possibilidade de corrigir a distorção idade/ano das escolas participantes do CAPVC, oportuniza-se a realização do PPA. Este visa atender alunos com dificuldades sérias de aprendizagem, deficiências e outros tantos com idade para ingressarem no mercado de trabalho, mas sem perspectivas de futuro, alheios as suas condições de vida; possibilitando assim a adequação idade/ano dos educandos, através da reclassificação o estudante tem a oportunidade de avançar um, dois ou três anos de seus estudos, com um acompanhamento sistemático.

A reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do aluno matriculado e com frequência, sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudos compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, e poderá ser aplicada como verificação da possibilidade de avanço em qualquer série/ano/disciplina. Cabe à instituição escolar contemplar, em seu Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica e no Regimento Escolar, a reclassificação do aluno, e, à coordenação pedagógica os procedimentos do processo de reclassificação, conforme Instrução nº 020/2008 – SUED/SEED – PR:

“reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar”. (PARANÁ, 2008, p. 1)

O PPA possui projeto próprio e possibilita o resgate da autoestima, resgate da cidadania, os valores morais, éticos e humanos, apresentando-se com três (03) fases: preparação burocrática; período de informação/estímulo/estudo; efetivação através de aplicações avaliativas para adequação à série conforme conteúdos apreendidos.⁵ Na primeira fase faz-se o Diagnóstico da Realidade: cabe a equipe pedagógica e administrativa fazer um levantamento dos alunos em distorção idade/ano de dois anos ou mais; ao professor cabe elencar os conteúdos essenciais

⁵Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=208>. Acesso em 25/05/2014.

de cada disciplina do (s) ano (s) a ser efetivada a avaliação; ao aluno cabe, através do colégio, informar aos pais ou responsáveis, sobre todas as atividades do PPA e estar devidamente matriculado e frequentando as aulas; cabe à família o acompanhamento e a orientação do aluno em casa, para os estudos independentes, visando o bom desempenho nas avaliações e o desenvolvimento do ensino aprendizagem no engajamento família-escola de forma participativa no processo educacional do aluno; cabe à secretaria escolar apostilar por ano e disciplina os conteúdos mínimos elencados pelo corpo docente e vistoriado pela equipe pedagógica formada pelos gestores, professores e pedagogas do estabelecimento de ensino; cabe à gestão escolar cumprir e fazer cumprir o que determina as legislações brasileiras LDB 9394/96 e redação dada pela 12796/13, Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Brasileira de 1988 Art. 206, Resolução nº 04/2010-CNE que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a Deliberação nº 09/01-CEE, que dispõe sobre matrícula de ingresso, por transferência, progressão parcial, aproveitamento de estudos, classificação, reclassificação, adaptações, revalidação, equivalência e regularização da vida escolar, Instrução nº 02/09 – SUED/SEED/PR que normatiza os procedimentos para registro da progressão parcial, da classificação e reclassificação em documentos escolares do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA) e a instrução nº 08/12 – SEED/SUED/PR DE 17/05/12, que normatizou o PPA nas escolas públicas estaduais do Paraná. A incumbência de todos os segmentos da escola deverá perpassar por reuniões pedagógicas com a comunidade escolar para que o processo democrático efetive-se no âmbito educacional.

Na segunda fase prima-se pela orientação da coordenação pedagógica junto aos professores, alunos e pais e/ou responsáveis, assim como o conhecimento para trabalhar com esta realidade é fulcral para o desenvolvimento positivo e assertivo neste momento do processo. Nesta fase os educandos percebem a possibilidade de corrigir a distorção idade/ano pelas atividades que a escola oportuniza através da confecção de apostilas para os estudos independentes e as aulas para sanar dúvidas em horários de contraturno, por disciplina, independente

do ano em que se encontra o aluno, com mudanças na metodologia de ensino do professor, concentra-se aí as intervenções da pedagogia.

Segundo Paulo Freire (2000, p. 45), se somos progressistas devemos esforçar-nos com humildade em diminuir a distância entre o que falamos e o que fazemos. Não se deve apenas falar de democracia, mas viver a democracia e fazendo-a cada vez melhor:

Ajudar na elaboração do sonho de mudança do mundo como na sua concretização, de forma sistemática ou assistemática, na escola, como professor de matemática, de biologia, de história, de filosofia, de problemas da linguagem, não importa de quê; em casa, como pai ou como mãe, em nosso trato permanente com filhas e filhos, em nossas relações com auxiliares que conosco trabalham, é tarefa de mulheres e homens progressistas. (FREIRE, P., 2000, p. 45).

Nesta interface, percebe-se um aumento do interesse e motivação dos alunos pelas atividades escolares e participação nas aulas com desenvolvimento de seus aspectos sociais, emocionais, psicológicos, intelectuais e culturais. Neste interim, os professores e equipe pedagógica deverão dialogar, incentivar, estimular, instigar e estar dispostos a tirar dúvidas e esclarecer todos os pontos sobre o PPA para os alunos e pais/responsáveis.

Quanto aos professores, valorização é a palavra de ordem adotada. O estímulo para que os professores “aprendam, se aperfeiçoem, inovem, deve ser constante”⁶ superando as limitações organizacionais, utilizando recursos e tecnologias disponíveis, visto entendermos que tecnologia em seu conceito mais abrangente significa todos os meios, os apoios e as ferramentas que podem ser utilizadas para que os alunos aprendam.

Tendo como foco a melhoria da qualidade na educação, a seleção de conteúdos deverá permitir aos alunos avançarem em seu processo educativo. Luckesi (2008) refere-se à avaliação como um ato dinâmico que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências na direção da construção, dos resultados que se deseja.

⁶MORAN, JM. Gestão inovadora da escola com tecnologias. In VIEIRA, AT; ALMEIDA, MEB; Alonso, M. (orgs.). *Gestão educacional e tecnologia: formação de educadores*. São Paulo: Avercamp, 2005.

Para tanto, é indispensável o acompanhamento pedagógico da frequência dos alunos nas aulas de contraturno e a orientação educacional para o aumento da autoestima dos mesmos. Nesta etapa também há a elaboração do cronograma de atividades com informações aos estudantes e pais/responsáveis sobre o cronograma e todos os procedimentos que envolvem o programa, como o encaminhamento do Termo de Compromisso para assinatura dos pais / responsáveis, distribuição do material didático produzido pelos professores e a orientação dos estudos independentes.

Durante a terceira fase, realiza-se a avaliação de disciplina que será feita por prova escrita, onde estudante poderá participar de até 04 (quatro) disciplinas, com intervalo de meia hora no mesmo turno; a realização das avaliações será individual; nas avaliações os estudantes deverão demonstrar apropriação de conhecimento igual ou superior a 60% em cada um dos instrumentos de avaliação; os resultados das avaliações serão divulgados no prazo de 07 (sete) dias após a conclusão das correções e sua validação por meio de conselho de classe extraordinário, convocado para esse fim; os resultados serão divulgados de forma individual e registrados em ata específica com assinatura do pai ou seu responsável e do estudante; as instituições de ensino poderão passar por uma reorganização na distribuição de turmas e turnos, solicitando através de e-mail ao núcleo regional de educação as adequações necessárias, após o resultado da reclassificação; os estudantes reclassificados ficarão inseridos nas turmas/ano para onde avançarem e deverão, preferencialmente, participar de atividades voltadas ao acompanhamento pedagógico ou apoio à aprendizagem; as avaliações conterão quinze (15) questões: dez (10) questões com alternativas de múltiplas com quatro (04) opções, cada uma, e cinco (05) questões dissertativas de leitura, interpretação e produção de texto.

O estudo de pesquisa foi organizado abordando um breve histórico do Centro de Atividades Pedagógicas Vila da Cidadania em Piraquara-PR, objetivos e propostas; a organização do Plano Personalizado de Atendimento no ano de 2013 e começo das aulas preparatórias; continuidade das aulas preparatórias para sanar dúvidas e efetivação das avaliações; conselho de classe com a equipe pedagógica e diretiva das três (03) escolas participantes - em 2014 - e levantamento de dados

sobre o desenvolvimento do processo pedagógico dos alunos participantes do PPA, através de questionário aos professores e diálogo com os alunos para acompanhamento e verificação do rendimento escolar e social dos mesmos.

1.1 O CENTRO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS VILA DA CIDADANIA - CAPVC

O referido Centro está localizado no município de Piraquara, oferece um espaço para a realização de atividades de complementação curricular e ainda conta com 30 mil m² para atender instituições de ensino de Curitiba e Região Metropolitana. Nasceu de uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, e a BS Colway, no ano de 2009, pois a empresa já desenvolvia um projeto educacional de formação do jovem cidadão, até meados de 2008, quando por encerramento das atividades, cessaram também as atividades na então Vila da Cidadania. Após entendimentos com o Governo do Estado, a partir de junho de 2009, a estrutura física deste empreendimento passou a ser administrado pela Secretaria de Estado da Educação/Superintendência de Educação e da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, em termo de comodato. O CAPVC conta com espaço privilegiado para implementação de propostas pedagógicas que visem a participação de alunos que participaram do Programa de Superação da SEED, a saber, escolas que apresentaram Índice de desenvolvimento da educação abaixo da média, necessitando de um atedimento educacional diferenciado.

O objetivo do trabalho é oportunizar ao aluno a prática do conhecimento adquirido em sala de aula através de oficinas no contraturno, visando a complementação curricular, o trabalho com a cidadania e o cuidado com o meio ambiente. Embora o foco e o objetivo do trabalho de educação não formal, no período de contraturno escolar, na Vila da Cidadania esteja voltado aos pilares de Cidadania, Sustentabilidade, Educação Financeira e Empreendedorismo/Geração de Rendas, vislumbra-se uma mudança de postura e conseqüentemente a melhoria do processo ensino e aprendizagem do aluno na educação escolar, pois

exercer a cidadania pressupõe desenvolver a autonomia, o que se dá a partir de um aprender fazendo que é possibilitado pelas oficinas pedagógicas, em um grande desafio integrando teoria e prática.

Em pleno século XXI, onde a explosão tecnológica e os desafios educacionais contemporâneos – drogadição, educação sexual, preconceitos e discriminação contra as minorias étnicas – raciais – gêneros - sociais, educação financeira, educação para o trânsito, justiça social e sustentabilidade – são temas indispensáveis e intrínsecos ao dia a dia da educação formal/informal ou não-formal, o CAPVC complementa o exercício pleno da educação para a cidadania e justiça social do cidadão/aluno (a) com a educação não-formal. Pretendendo trabalhar numa ascendência moral, a prática constante foi desenvolver regras, disciplina e transmissão de valores éticos para dar sentido e moralidade aos conhecimentos apreendidos.

“A ética discursiva justifica o teor de uma moral do respeito indistinto e da responsabilidade solidária por cada um. Quem formula de antemão as razões de sua decisão em favor de uma vida moral, as quais só poderiam surgir da reflexão sobre as vantagens já experimentadas de um contexto interativo moralmente regrado, deixou de lado a visão egocêntrica de uma escolha racional e, em seu lugar, orienta-se por concepções do bem viver”. (TESSER, apud SCHMIDT & STOLTZ (Orgs), 2006 p. 51)

Embasados nestas concepções do viver bem na coletividade, os educandos que se pretende formar são sujeitos conhecedores e críticos da sociedade em que vivem para que possam atuar e ter condições teóricas e reflexivas para modificar e construir uma nova sociedade baseada nos princípios da igualdade, solidariedade, fraternidade, democracia e liberdade, tendo como princípio a moralidade, que é indissociável ao processo de inclusão. Numa visão de pessoas conscientes e solidárias com a vida e seu futuro, como cidadãos dignos de seus direitos e deveres, o CAPVC opta por trabalhar questões sócio – afetivas – cognitivas - psicológicas.

A partir de 2013 o CAPVC desenvolveu várias atividades, tais como: oficinas pedagógicas em parceria com as escolas participantes, oficinas durante as feiras de serviço nas UPS, projetos e programas diferenciados, atividades de socialização junto à comunidade com fins educativos, sociais e culturais, visando uma proposta pedagógica alinhada com as questões sociais e afetivas. Alunos com

risco social e residindo em áreas de vulnerabilidade social tem prioridade no atendimento e atividades das oficinas pedagógicas no contraturno escolar, haja vista que as escolas localizadas em áreas onde foram implementadas as Unidades de Paraná Seguro (UPS) são prioridades no atendimento do CAPVC. Os quatro pilares da proposta pedagógica, vislumbrando o resgate sócio – afetivo - cultural dos alunos, consiste: Cidadania - Desenvolvimento de valores e atitudes/posturas com responsabilidade para a construção do pleno desenvolvimento do sujeito construtor e partícipe da sociedade, com oficinas de filosofia, sociologia, educação para o trânsito, educação da saúde, atividades desportivas, educação contra a discriminação e educação para a justiça social; Meio Ambiente e Sustentabilidade - Consciência da importância do meio ambiente para a sobrevivência do ser humano e as possibilidades de sustentabilidade em meio a uma sociedade capitalista, com atividades de horta escolar, paisagismo, jardinagem, plantas medicinais e viveiro; Empreendedorismo - Aprendizagem de ofícios, trabalhos artesanais e geração de renda; Educação Financeira - Atividades de compra e venda com moeda própria para educar o cidadão para a vivência de uma sociedade sadia financeiramente, prevenindo a superficialidade do consumo (consumismo).

O CAPVC atende em torno de 1856 alunos por semana, oriundos de escola pública estadual, em formato de oficinas pedagógicas. Percebendo a possibilidade de corrigir a distorção idade-série das escolas participantes do CAPVC, oportuniza-se a realização do Plano Personalizado de Atendimento. Tendo como princípios essenciais: resgatar a cidadania na escola; praticar valores morais, éticos e humanos; rever processos interrompidos; oportunizar aos alunos o aumento da autoestima e motivação pela educação escolar; o PPA vem como possibilidade para o exercício efetivo destes princípios. Para tanto, respalda-se na Constituição Brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos pareceres, resoluções e instruções normativas que regem as políticas públicas educacionais do Brasil, como forma legal e moral das ações educativas.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: ALGUMAS ESPECIFICIDADES

A escola pública ainda é uma das únicas instituições - para muitas crianças, jovens e adolescentes - onde há possibilidades da construção e reconstrução do conhecimento científico - tecnológico. Na educação escolar o aluno tem a oportunidade do ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, objetivando formar cidadãos ativos e desenvolver habilidades/competências/criatividade para interferir e participar da sociedade.

Para Freire (2011, p. 39): “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. Então, há que se trabalhar a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; um fazer pedagógico que possibilite o indivíduo a fazer uma leitura de mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor e que estes sujeitos estejam capacitados para se organizarem com objetivos comunitários, voltados para solução de problemas coletivos e, assim possam desenvolver uma qualidade na educação conforme faculta a lei. A educação é direito assegurado a todos os cidadãos brasileiros, definido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁷, que também assegura que o ensino é livre desde que atendidas as condições das normas gerais da educação nacional e recebida a autorização e avaliação de qualidade do poder público⁸ e a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental⁹, assegurando a formação básica comum e respeitando os valores culturais e regionais.

O ensino deverá ser ministrado seguindo, entre outros, o princípio que garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola¹⁰. Quando se fala em direito e princípio, não se quer apenas o rigor da lei, mas a garantia do acesso e permanência dos alunos na educação escolar, desde que com humanização. Parafraseando Paulo Freire, pode-se inferir que quanto mais pensa-

⁷Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

⁸Art. 209 – Constituição da República Federativa do Brasil

⁹Art. 210 – idem nota 9

¹⁰Art. 206, inciso I – idem nota 9

se sobre a prática educativa, mais se convence do dever de a ela respeitar, assim o respeito não somente no sentido de cumprir com o dever do que está na lei e sim empreender esforço e ação para exercer com ética a função de educar para autonomia, criticidade e responsabilidade. Esta ação - reflexão perpassa pela busca do conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, suas leis, sua cultura, sua história, seu contexto e sua moral.

A função social da escola pode ter como um de seus atributos a diminuição dos elementos que possibilitem a evasão escolar, como por exemplo, o abandono da escola por dificuldades no acompanhamento pedagógico, problemas de inclusão social, distorção idade/ano do aluno entre outros. Vários sujeitos são chamados a contribuir no objetivo da função social da escola: o Estado, a Família e a Sociedade.

Na qualidade da educação pressupõe-se sujeitos e agentes da educação com capacidade e competência básica de conhecimento intelectual para esta tarefa e os profissionais da educação devem ter disponibilidade nas informações legais, morais, cognitivas e tecnológicas atualizadas a ponto de interferir para auxílio no processo ensino-aprendizagem defasado e/ou problemas pedagógicos apresentados nas avaliações institucionalizadas; também devem exercer suas autoridades com bases críticas e reflexivas, buscando o aprimoramento dos cidadãos que estão sendo formados.

Com relação a exigência de comprometimento no ato de ensinar, Paulo Freire (2011, p. 95) relata que aumenta os cuidados do professor em relação ao seu desempenho quando da consciência de que o professor não passa despercebido pelos alunos e de que a maneira como os alunos o percebem poderá ajudar ou desajudar em sua tarefa.

O Inciso IV do Art. 4º da Lei nº 9394/96 (redação dada pela Lei nº 12796 / 13) garante “o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria”, já o Art. 5º da mesma lei diz que “o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos exigi-lo”, ainda no Art. 10, Inciso III, coloca que os estados incumbir-se-ão de elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e

coordenando as suas ações e as dos seus municípios. Portanto, o estudo das políticas nacionais da educação faz-se necessário no âmbito da escola, respaldando as diretrizes estaduais e outros documentos relativos aos atos educativos.

Côncios destas questões e proposições, profissionais da educação escolar traçam metas e definem diretrizes e filosofias para nortear sua *práxis*¹¹, portanto Luckesi (2008), refere-se ao agir do ser humano, em sua forma aleatória ou na ação de construir resultados, de modo planejado e intencional. Nesta inquietação, própria do ser humano, em modificar seu ambiente em busca de suas necessidades, encontra-se na inquietude do querer fazer uma educação de qualidade social, ferramentas para modificar e transformar a situação educacional de evasão, abandono e repetência escolar que tem afetado a permanência do educando no processo educacional.

Para Luckesi (2008), a verificação transforma o processo dinâmico da aprendizagem em passos estáticos e definitivos; a avaliação é um processo dinâmico, que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências na direção da construção e dos resultados que se deseja. O docente precisa estar polarizado para aprendizagem e desenvolvimento educacional. A preocupação com aprovação ou reprovação objetiva a preocupação com a nota e não com a aprendizagem ativa, inteligível e consistente.

A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado. (Luckesi, 1990, p.80)

Assim sendo, avaliar, de forma sistemática, para além da avaliação direcionada apenas ao aluno, mas sim na realidade escolar, onde está a produção da prática pedagógica, é ter uma visão de avaliação global e obter pressupostos básicos e práticos para respaldar planos e estratégias no redirecionamento do trabalho escolar com propósitos da melhoria na educação escolar pública.

Objetivando a democratização escolar, deve-se construir uma sistemática de avaliação da escola como um todo, redirecionando as ações educativas e práticas

¹¹FIL no aristotelismo, conjunto de atividades humanas, cuja manifestação mais representativa é a política, caracterizadas especialmente por sua natureza concreta, em oposição à reflexão teórica.

avaliativas e escolares, portanto esta sistematização avaliativa deve ser contemplada através do Projeto Político Pedagógico e Social da Escola, como ponto de partida e chegada da avaliação, cuja finalidade seja suscitar questões reflexivas na comunidade escolar sobre o projeto educacional e os princípios que devem orientar a organização do trabalho escolar, assim como o comprometimento de todos os profissionais da educação com a escola pública e a formação dos sujeitos/alunos.

Estas questões devem nortear o trabalho de forma a ser democrático, ser abrangente, participativo e contínuo, assim sendo no art. 48, incisos II e III da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica (DCNGEB), já se estabelece a possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.

No Ensino Fundamental e, nas demais etapas da Educação Básica, a qualidade não tem sido tão estimulada quanto à quantidade. Depositar atenção central sobre a quantidade, visando à universalização do acesso à escola, é uma medida necessária, mas que não assegura a permanência, essencial para compor a qualidade. Em outras palavras, a oportunidade de acesso, por si só, é destituída de condições suficientes para inserção no mundo do conhecimento. (BRASIL, Par. - CNE/CEB nº 07/2010 p. 16)

A qualidade social da educação escolar¹², supõe a permanência do aluno na escola, não só com a redução da evasão, mas também da repetência e da distorção idade/ano/série (PARECER CNE/CEB nº 07/10, p. 15). A possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar também é prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica¹³, que também explicita sobre a aceleração de estudos¹⁴ para estudantes com atraso escolar, aqueles que, por algum motivo, encontram-se em descompasso de idade, por diferentes razões como: ingresso tardio, retenção, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem ou outras.

¹²A garantia de padrão de qualidade é um dos princípios da LDB 9394/96 (inciso IX do artigo 3º).

¹³Inciso II do item 2.6.2.2, p. 48 da promoção, aceleração de estudos e classificação.

¹⁴Art. 4º Inciso IV, LDBEN 9394/96.

Ainda segundo Luckesi (2008), o direcionamento da aprendizagem e seu consequente desenvolvimento deve ser o objetivo primeiro da aferição do aproveitamento escolar e não a aprovação e reprovação. Estar interessado em que o aluno aprenda e se desenvolva retomando o curso de ação caso o aprendizado não estiver satisfatório ou ainda, reorientando, caso esteja se desviando. Há que se ter um padrão mínimo de conhecimentos necessários com o consequente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções - efetiva aprendizagem - e não de notas.

A avaliação da aprendizagem escolar faz parte da vida de todos os profissionais da educação, pois é inerente ao processo, assim como a avaliação institucional faz-se necessária para a melhoria da qualidade educacional. Pode-se dizer que qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente e está intrinsecamente ligada com a permanência dos alunos na escola: um dos principais desafios na contemporaneidade. E, além de ter acesso e permanecer nas escolas, outra questão emblemática é a de que crianças, jovens e adultos consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada e tenham seus direitos educativos atendidos (Indicadores da qualidade na educação, 2004, p. 47).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A avaliação é capaz de oportunizar e reforçar nas instituições educativas um questionamento, uma reflexão processual e sistêmica do trabalho escolar e as consequências no universo do aluno, assim poderá possibilitar a implementação de atividades sistemáticas para auxiliar na ação-reflexão-ação da escola, num repensar e replanejar de ações pedagógicas pós-avaliações, com planejamento e ações de intencionalidade inclusiva e satisfatória para o bem comum.

Refletir sobre estas questões e tendo como objetivo maior a melhoria da qualidade na educação escolar, a coordenação pedagógica do CAPVC e a equipe

de ensino do Núcleo Regional da Educação (NRE) - Área Norte¹⁵/SEED – PR realizou uma reunião, juntamente com a equipe diretiva e pedagógica de sete (07) escolas pertencentes ao NRE supra citado, em outubro do ano de dois mil e treze com o propósito de apresentar o PPA e oferecer uma parceria do CAPVC com as escolas para dar início a uma organização na efetivação das três fases do plano, como um diferencial na concepção de avaliação da distorção idade/ano/série e subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino. Dentre as escolas estaduais participantes, três (03) gestores decidiram por participar do PPA em parceria com o CAPVC por demonstrarem interesse ao plano como uma estratégia para minimizar o abandono e evasão escolar de suas escolas, a saber: Colégio Estadual Dr. Gilberto A. do Nascimento – E.F.M., Colégio Estadual Profª Rosilda de Souza Oliveira – E.F.M. e Colégio Estadual Vila Macedo – E.F.M.P., dando início a primeira fase do processo.

A partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, o trabalho e as proposições deste estudo de pesquisa foram implementados com a participação nas atividades abordadas e elencadas nas abordagens ora apresentadas. Para auxílio na implementação do PPA foi realizado um trabalho, pela equipe pedagógica do CAPVC com a equipe pedagógica das escolas que decidiram pela participação, informativo sobre as fases que compõem o plano, estudo das Leis educacionais que amparam a reclassificação e os indicadores de qualidade educacional segundo Inep¹⁶, para subsidiar as reuniões das escolas com a comunidade escolar.

Portanto, ao deparar-se com os dados estatísticos dos indicadores educacionais das escolas, constatou-se índices de distorção idade/ano/série de cada colégio, acima da média do estado do Paraná¹⁷. Os indicadores de qualidade na educação, surgem como forma de refletir sobre a prática pedagógica, a participação da comunidade em geral, as ações das autoridades públicas e as ações a serem executadas como ato operacional diante de uma situação levantada pelo meio escolar, onde a distorção idade/ano/série dos alunos encontra-se com

¹⁵O NRE-Área Norte abrange os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulysses, Itaperucu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barros, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná

¹⁶<http://portal.inep.gov.br/>

¹⁷Vide anexo 01.

índices ainda muito elevados. Conforme publicado na Gazeta do Povo em 17/07/2013¹⁸, a taxa de distorção idade/série caiu de 24,5% para 21,8% no ensino fundamental e de 29,7% para 24,8% no ensino médio na rede estadual de ensino do Paraná. Na mesma reportagem, a mestre em Educação Ermelina Bontorin Tomacheski, professora do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), relata que atribuir um novo significado ao papel que a escola tem na vida dos jovens também é um caminho para reduzir estes índices. “É necessário trabalhar com a autoestima deles. Cabe à instituição levantar defasagem, identificar as dificuldades e convocar as famílias para ajudar neste processo”, define.

Embasados também nos seguintes amparos legais: Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) define que a educação é um dos cuidados¹⁹ especiais/direito público subjetivo destinados à criança e ao adolescente; a Deliberação nº 09/01 – CEE, que dispõe sobre matrícula de ingresso, por transferência, progressão parcial, aproveitamento de estudos, classificação, reclassificação, adaptações, revalidação, equivalência, regularização de vida escolar; a Instrução nº 02/09 – SUED/SEED que normatiza os procedimentos para registro da Progressão Parcial, da Classificação e Reclassificação em documentos escolares do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA); e Instrução nº 008/2012 – SEED/SUED - 17 de maio de 2012; e após os trabalhos de informação do plano e estudos sobre reclassificação nas reuniões, a comunidade escolar optou por realizar o processo, oportunizando o Plano Personalizado de Atendimento (PPA) no Centro de Atividades Pedagógicas Vila da Cidadania (CAPVC) em Piraquara/PR, para as três escolas acima citadas.

3.1 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO PERSONALIZADO DE ATENDIMENTO: CONCRETIZANDO AS FASES DE ATENDIMENTO

¹⁸Reprovação, a vilã do atraso escolar, publicado em 17/07/2013. Antoniele Luciano, especial para a Gazeta do Povo.

¹⁹RAMIDOFF, ML. *Direito da criança e do adolescente*: teoria jurídica de proteção integral. Curitiba: Vicentina, 2008. p.321.

Os alunos, dos colégios participantes do PPA, foram deslocados de seus estabelecimentos de ensino até o CAPVC, através do transporte escolar da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, no contraturno de suas atividades escolares normais para participar de aulas preparatórias para as avaliações – de novembro a dezembro/2013 – duas vezes por semana. Aos alunos do PPA eram oferecidas refeições de café e almoço. Os esforços concentraram-se no estabelecimento de uma rotina de trabalho com os docentes e coordenação pedagógica, usando como base o currículo existente, selecionando assim os conteúdos básicos. Este é um dos tópicos que deve ser relevante, ou seja, o empenho de todos para o sucesso de um empreendimento, com acompanhamento constante, da coordenação pedagógica, da presença dos alunos às aulas para sanar dúvidas e incentivar ao estudo independente e à participação no processo.

Em fevereiro de 2014, início do ano letivo escolar, deu-se continuidade às aulas, de segunda à sexta-feira no contraturno escolar, culminando na realização das avaliações em dois dias de período integral – 10 e 11/03/2014 – com duas disciplinas no período da manhã e duas no período da tarde, atingindo assim as oito disciplinas. Conforme Instrução Nº 08/2012 SEED/SUED, as avaliações devem conter dez (10) questões de alternativas múltiplas de quatro (04) questões e cinco (05) questões dissertativas de leitura, interpretação e produção de texto. Em cada período de avaliação o aluno tinha, no mínimo trinta (30) questões a realizar, sendo quinze (15) de uma disciplina e mais quinze (15) de outra e assim sucessivamente no período da tarde e no outro dia, conforme quadro 1.

QUADRO DE AVALIAÇÕES/DISCIPLINAS/DATAS REALIZADAS

Datas/Disciplinas	Arte	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ciênc.	Ed. F.	Ing.
10/03-2ª feira/Manhã	15	15	xx	xx	xx	xx	xx	xx
10/03-2ª feira/Tarde	xx	xx	15	15	xx	xx	xx	xx
11/03-3ª feira/Manhã	xx	xx	xx	xx	15	15	xx	xx
11/03-3ª feira/Manhã	xx	xx	xx	xx	xx	xx	15	15
12 e 13/03- 4ª e 5ª f.	Correção das avaliações							
14/03-6ª feira/Manhã	Conselho de Classe extraordinário com o corpo docente e equipe pedagógica do CAPVC e equipe pedagógica e diretiva das escolas participantes/docentes convidados.							
17 à 20/03/2014	Escola divulga resultados em edital							

Quadro 1

Fonte: CAPVC – Piraquara/PR - Organização Equipe Pedagógica - cronograma 3ª fase PPA

Após a aplicabilidade de uma metodologia de revisão de planejamento de conteúdos básicos para elaboração de apostilas, estudos independentes, aulas preparatórias para sanar dúvidas, orientações para preparo do ambiente e acompanhamento dos pais nos estudos de seus filhos, orientações específicas para os alunos na hora de estudar, reuniões das escolas com a família com assinatura do termo de compromisso dos pais e dos filhos nesta batalha educacional, escolha e mudança de instrumentos pedagógicos diferenciados, confecção e montagem de avaliações de cunho eficaz e relacionado a todo o processo do plano, bem como a realização das avaliações pelos alunos, chega-se a análise de dados do processo educacional do plano personalizado de atendimento para reclassificação dos alunos com distorção idade/série/ano.

Esta análise deu-se a partir da observação e do acompanhamento de pesquisa e ação nas reuniões com as equipes diretivas e pedagógicas do CAPVC e das escolas, no acompanhamento diário dos alunos nas aulas preparatórias para as avaliações, no acompanhamento diário do corpo docente responsável pelas aulas e elaboração das atividades avaliativas, na participação do conselho de classe final e na aplicabilidade de questionário para o corpo docente dos colégios estaduais Gilberto do Nascimento, Rosilda Souza Oliveira e Vila Macedo, colégios estes que tiveram seus alunos reclassificados.

4 ANÁLISE DE DADOS

No total das três escolas participantes desta pesquisa, sessenta e um (61) alunos realizaram as avaliações e cinquenta e oito (58) conseguiram sucesso na avaliação da aprendizagem, totalizando 95% de aprovação em um projeto pioneiro nas escolas atendidas e no CAPVC. Com estes dados, o êxito na recuperação de estudos foi comprovadamente eficaz nas avaliações aplicadas, cumprindo o objetivo precípua do PPA, como diferencial na avaliação educacional e novas estratégias educativas de ações efetivas e, quiçá, eficaz na redução do abandono e evasão escolar.

Após aplicabilidade do PPA, surgiu a necessidade de novos rumos para estudos e reflexões com as instituições escolares que apresentam problemas de distorção idade/ano/série, tendo como meta a permanência na educação escolar e a efetiva qualidade social da educação, podendo cumprir o papel que lhe cabe como instituição formadora de sujeitos e cidadãos críticos e participantes da sociedade, resgatando a cidadania, a autoestima e os valores humanos.

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento de braços. “*Não há o que fazer*” é o discurso acomodado que não podemos aceitar. (FREIRE, 2011, p. 65)

A tarefa dos educadores deve ser a de preparar os educandos para a cidadania efetiva, embora se saiba que a sociedade capitalista precisa de “produção, classificação e processos eliminatórios”, o que diverge do papel da escola enquanto formadora de cidadãos críticos, reflexivos e transformadores, por meio da apropriação de conhecimentos científicos e das relações sociais.

... nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (FREIRE, 2011, p. 28)

Na conclusão das avaliações, dos alunos participantes do PPA, realizou-se um conselho de classe final – Quadro 1 – contando com a participação das equipes diretivas/pedagógicas do CAPVC e escolas. A avaliação vista como um processo e uma condição necessários para que se possa estabelecer e acompanhar metas qualitativa e quantitativas e verificar se estas estão sendo atingidas, é essencial na análise dos procedimentos adotados em todas as fases do processo.

A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam. (Luckesi, 2000 p. 01)

As avaliações foram elaborados pelo corpo docente do CAPVC e foram aplicadas em um clima de expectativa e preocupação pelos alunos, mas de forma natural porque já havia sido criado um ambiente educativo positivo nos encontros anteriores pela oportunidade de momentos de convivência de alunos e professores. O quadro a seguir é um demonstrativo do resultado das avaliações após correções e conselho de classe final. Conforme Luckesi (2000) deve haver *disposição psicológica*, pelos educadores, para acolher o aluno como está em sua situação escolar e a necessidade de compreensão do ato de avaliar que inclui o diagnóstico e a decisão, elementos indispensáveis na decisão de o que fazer. Precisa-se levantar os dados relevantes, os instrumentos e a utilização destes instrumentos.

QUADRO NÚMERO/ALUNOS APROVADOS/REPROVADOS/ESCOLA

Resultados/Escolas	C.E.Gilberto	C.E. Rosilda	C.E. V. Macedo
Alunos realizaram avaliações	12	17	32
Alunos faltaram avaliações	00	00	02=Reprovados
Alunos aprovados/média	08	14	13
Alunos aprovados/Conselho	04	03	16
Alunos reprovados	00	00	03
Alunos realizaram avaliações do 6º/7º/8º – reclassificação para 9º ano	01	00	00
Alunos que realizaram avaliações do 7º/8º ano – reclassificação para 9º ano	07	06	08 - Destes, 02 foram aprovados para o 8º ano somente
Alunos que realizaram avaliações do 8º ano -reclassificação para 9º ano	04	11	13
Alunos que realizaram avaliações do 9º ano para reclassificação para o 1º Ensino Médio	00	00	11
Observação	Dos três (03) alunos reprovados, dois (02) porque faltaram e um (01) porque não conseguiu o mínimo dos conteúdos essenciais.		

Quadro 2

Fonte: Cf. Ata pedagógica de 13/03/2014 – CAPVC – Piraquara/PR

No dia 21 de março de 2014, às 19h, nas dependências do Centro de Atividades Pedagógicas Vila da Cidadania – CAPVC, foi realizado um ato solene de entrega de certificados da conclusão do processo de reclassificação através do PPA, quando na oportunidade contamos com a presença do Chefe do NREAM - Norte e

representante da Equipe de Ensino, diretores dos Colégios Dr. Gilberto Alves do Nascimento, Rosilda de S. Oliveira e Vila Macedo, além de professores, pedagogos e Coordenadores da Vila da Cidadania, também a comunidade escolar das referidas escolas fizeram-se presentes com presença dos pais e familiares/responsáveis, dos alunos que avançaram nos seus estudos.

O momento foi marcado por lágrimas de satisfação e fortes emoções, parafraseando Paulo Freire que a afetividade não está excluída da qualidade do que é cognoscível²⁰, através dos depoimentos de alunos que durante um período na Vila da Cidadania, estudaram, brincaram, aprenderam e sorriram, descobrindo o mundo através das possibilidades. Empenharam-se e foram orientados com força e coragem para superarem os momentos difíceis da vida, oportunizados a escolher seus próprios caminhos e de defenderem de maneira racional seus interesses, pois tiveram verdadeiras lições de uma arte chamada bondade, cidadania, preocupação, respeito, acompanhamento e orientações para os estudos independentes dos conteúdos essenciais para serem oportunizados neste processo de avanço escolar, através da reclassificação, corrigindo assim seus processos interrompidos no processo ensino-aprendizagem, onde a qualidade de ensino torna-se condição inegociável.

O fato de o(a) estudante não ter condições de progredir de série em virtude do número de faltas registradas não impede sua reinserção escolar, devendo receber as orientações e o suporte devidos para futura readequação idade/série, a partir de um Plano Personalizado de Atendimento voltado à aceleração da aprendizagem com aproveitamento. (PARANÁ, SEED/SUED/DPPE/CGE, 2013, p. 14)

No mês de Junho/2014 foi realizada uma visita às escolas participantes do PPA, que teve como objetivo acompanhar o processo pedagógico e averiguar o interesse e motivação dos cinquenta e oito (58) alunos que obtiveram reclassificação para 8º/9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. No Colégio Estadual Vila Macedo a reunião aconteceu com a direção geral e a pedagoga, alguns alunos que estavam presentes no dia e a equipe pedagógica do CAPVC. O diálogo reflexivo aconteceu na biblioteca escolar do estabelecimento de

²⁰A esta questão, cf. Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ensino e ocorreu em torno do aproveitamento escolar dos alunos, participação em sala de aula, socialização e questões levantadas no conselho de classe final do plano, ouvidos a equipe diretiva e os alunos. A pedagoga responsável pelo PPA na escola relata que “o projeto estimulou os alunos a participarem das atividades escolares, fez também aumentar a relação escola-família, melhorando a autoestima e que alguns alunos estão aproveitando com unhas e dentes”. Esta escola possui alguns professores que, voluntariamente, estão em atendimento individual aos alunos em parte de suas horas-atividades (HA) para auxiliar no processo pedagógico das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas dificuldades apresentadas pelos alunos.

Para a direção, este plano visa uma projeção social e angariar alunos para o mercado de trabalho. A especificidade desta escola é que, por situação do processo, houve a reclassificação do ensino fundamental para o ensino médio, ação ainda nova no plano, que não estava, à priori, prevista e nem planejada.

No Colégio Estadual Rosilda de S. Oliveira a reunião aconteceu no laboratório de informática, dos quais participaram alunos do PPA, direção da escola e pedagoga responsável pelo PPA na escola e pedagoga do CAPVC. Foi feita uma ciranda de conversa e diálogo para que cada um tivesse a oportunidade de relatar suas dificuldades e seu desenvolvimento educacional. Cabe ressaltar que nesta escola as notas referentes ao 2º bimestre já tinham sido concluídas e houve possibilidade de verificar individualmente o rendimento escolar dos alunos; além deste levantamento foram discutidas questões de socialização, entrosamento e possibilidades de melhorias nas questões apresentadas. Uma das professoras presente prontificou-se a sanar dúvidas nas disciplinas de sua formação. A direção auxiliar sugere “mais tempo para os estudos preparatórios e que é de suma importância que os alunos sejam ensalados no início do ano letivo, evitando assim atitudes de medo e receio por parte dos alunos do PPA em relação ao restante da turma que já estão com o bimestre em andamento”.

No Colégio Estadual Dr. Gilberto do Nascimento foi realizado um bate-papo com os alunos na sala da direção, juntamente com a pedagoga e diretora responsável pelo plano e os alunos presentes. A educadora relata que “os alunos

ganharam uma injeção de ânimo, sentiram-se orgulhosos, que a maioria deles estão no período da tarde e que foram ensalados conforme a vaga em cada 9º ano”. Nesta escola houve um acompanhamento no meio do processo, pois a organização escolar é trimestral; portanto, pode-se fazer um levantamento do rendimento escolar dos alunos do PPA no andamento do processo escolar e inferir algumas sugestões, levantar algumas questões de faltas e dificuldades de entrosamento. O diferencial desta escola foi nas colocações de que os alunos tiveram facilidade na socialização com os colegas das salas de destino, e, também houve uma sugestão de que o aluno do PPA que está conseguindo acompanhar os conteúdos da disciplina de Matemática auxiliasse, através de grupos de estudos, os alunos que estão com alguma dificuldade. A partir do acompanhamento pedagógico “in loco” nas escolas e da aplicabilidade de questionário²¹ aos educadores, chegou-se ao seguinte quadro:

QUADRO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR – ALUNOS PPA/2014

Questionário	C.E. Gilberto	C.E. Rosilda	C.E. V. Macedo
Como está o processo ensino-aprendizagem destes alunos:			
Ótimo	04	03	28
Bom	07	10	-----
Regular	01	02	-----
Ruim	-----	02	04
Péssimo	-----	-----	-----
Você classifica o P.P.A. realizado com estes alunos como:			
Ótimo			X
Bom	X	X	
Regular			
Ruim			
Péssimo			
Em que áreas da educação o P.P.A. desenvolveu ou ajudou os alunos?			
Ensino-Aprendizagem	11	15	28
Social	12	17	30
Cultural	05	15	32
Psicológica	12	15	32
Cidadania	10	17	28
Emocional	12	15	2

Quadro 3 Fonte: CAPVC, julho/2014: dados levantados a partir do questionário – anexo 2 – aplicados nas visitas às escolas em junho/2014

²¹Vide questionário aplicado aos professores das escolas participantes do PPA/2014 em anexo 02

Conclui-se, através da análise de dados pelos questionários, avaliações realizadas nas visitas, diálogo com os alunos reclassificados e acompanhamento da verificação escolar dos mesmos e reunião com a equipe diretiva/pedagógica/corpo docente, uma grande melhoria do processo educacional dos alunos participantes do plano personalizado de atendimento.

A possibilidade de mudança e avanço na vida escolar e na sociedade muito agradou aos pais e estimulou os alunos num esforço contínuo de melhoria através da participação em sala de aula e das visitas familiares à escola. Os benefícios para o aluno, além da oportunidade em estar na série/ano adequado ou próximo a sua idade cronológica, é o resgate da cidadania escolar e do aumento da autoestima; para a escola está na melhoria da qualidade educacional pela diminuição do abandono e evasão escolar; para os familiares dos alunos está no resgate da valorização e na participação das questões escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como órgão público da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, o Centro de Atividades Pedagógicas na Vila da Cidadania possui autonomia para refletir, pesquisar e viabilizar ações para a melhoria da prática pedagógica com fins na qualidade educacional e na articulação da educação não-formal com a educação formal. Este trabalho mostra uma das muitas ações no intuito desta melhoria e usa como pressuposto princípios essenciais que é o de resgatar a cidadania na escola, os valores morais, éticos e humanos, sendo estes, os principais motivos que movem ao resgate da autoestima, inclusive.

O Plano Personalizado de Atendimento propõe corrigir a distorção idade/série/ano por meio de estudos independentes e a reclassificação para alunos matriculados, conforme instrução nº 008/2012 - SEED/SUED, com oferta do programa, pelo estabelecimento de ensino, sempre que julgar necessário. Percebe-se que a aplicabilidade deste plano, desde que as decisões ocorram com anuência dos envolvidos no processo – equipe diretiva e pedagógica, professores,

pais/responsáveis e estudantes - pode auxiliar no combate ao abandono escolar, haja vista muitos alunos sentirem-se desmotivados pelo atraso de sua idade em relação ao ano em que estão atuando, corroborando assim, mesmo que num grau ínfimo, para o sucesso escolar e a participação das famílias na educação de seus filhos.

Verificou-se, portanto, que a aplicabilidade do plano personalizado de atendimento para distorção idade/série/ano dos sessenta e um alunos (61) alunos das escolas participantes, obteve um sucesso de aprovação de cinquenta e oito (58) alunos. Destes, no acompanhamento pedagógico constatou-se que houve uma melhoria na autoestima, na frequência e aproveitamento escolar, na participação da família na escola e na participação dos alunos pelas atividades escolares, em sua maioria. Percebeu-se também, quando da entrevista com os professores, que a oportunidade de correção possibilitou a melhoria escolar, pois demonstraram interesse e motivação para estudar, com participação em sala e realização das atividades escolares solicitadas. Neste sentido, Luckesi (2000) faz uma reflexão sobre avaliação que consubstancia com a filosofia que perpassa na intersubjetividade do processo de reclassificação a que este estudo pretende: “a avaliação é inclusiva, democrática e amorosa. Não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. Sempre!”²²

Outra questão a ser salientada é a mudança de metodologia na maneira de ensinar, procurando usar novos métodos e novas tecnologias, assim como ouvir os alunos, conhecê-los e, assim, escolher formas mais eficientes de ensino-aprendizagem. Ressalta-se aqui também a reorganização da disciplina, indispensável ao processo escolar, onde o aluno compromete-se em participar ativamente das aulas para sanar suas dúvidas. Pode-se dizer que há um resgate da responsabilidade em assumir este plano, por parte do aluno, como algo saudável para a sua vida escolar.

Este artigo demonstra, pelos índices de aprovação nas avaliações de reclassificação e no acompanhamento do rendimento escolar dos alunos, que o

²²Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em: 26/07/2014.

plano pode ser adaptado à realidade das instituições escolares. Dentro das normatizações, há que se refletir, com a coletividade da comunidade escolar envolvida, as questões de aulas preparatórias, a reorganização estrutural curricular das disciplinas para contemplar os conteúdos mínimos dentro de um rigor científico e metodológico e um padrão mínimo de conduta, desde a confecção das avaliações, sua aplicabilidade e correção.

O objetivo principal deste plano foi auxiliar a avaliação educacional na reclassificação dos educandos que estão em distorção idade/série/ano, oportunizando a readequação dos alunos à idade cronológica, conforme conhecimentos científicos embasados nos conteúdos das diretrizes curriculares do estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação / Ação Educativa**, Unicef, PNUD, Inep-MEC (Coord.). São Paulo: Ação Educativa, 2004.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 26/07/2014.

_____. Assessoria de Comunicação Social. **Estatuto da Criança e do adolescente**. 64p. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. CEB, 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Censo escolar**. Sistemas de consulta da educação básica. <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=223> Acesso em: 19/07/2014

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GUEBERT, M. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2. ed. Curitiba: Ibepex, 2007.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em http://www.derita.com.br/antigo/comunicados_2013/anexo_255_avaliacao_da_aprendizagem_escolar.pdf. Acesso em 26/07/2014

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Pátio On-line**. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em 26/07/2014

_____. LUCKESI, Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola? Série Idéias (8):71-80. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990. Disponível em <http://www.luckesi.com.br/>. Acesso em 02/08/2014

_____. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, J. M. Gestão inovadora da escola com tecnologias. In: VIEIRA, AT; ALMEIDA, MEB; Alonso, M. (orgs.). **Gestão educacional e tecnologia: formação de educadores**. São Paulo: Avercamp, 2005.

NASCIMENTO, A. Reprovação, a vilã do atraso escolar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2013. Educação, Vida e Cidadania, 3 p. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1391457>. Acesso em 26/07/2014.

PAN, M. A. **O direito à diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba, Ibplex, 2008.

PARANÁ. Secretaria da Educação; M.P.; Secretaria da Justiça. **Programa de combate ao abandono escolar**. Curitiba. 2013. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/programa_combate_abandono_escolar.pdf. Acesso em 26/07/2014.

_____. CEE. Deliberação n. 09, de 01 de out. de 2001. **Matrícula para alunos da rede estadual de ensino**. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/d028154429fbb40203256ae9004d7094?OpenDocument>. Acesso em 26/07/14.

_____. SEED. **Indicadores educacionais**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1244&query=vila%20da%20cidadania>. Acesso em 02/08/2014.

_____. SEED/CDE/DAE. Instrução n. 02, de 12 de mar. de 2009. **Normatiza os procedimentos para registro em documentos escolares**. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao022009.pdf>. Acesso em 02/08/2014.

PRÁXIS. In: Houaiss, A/ Instituto (Org.). **Dicionário conciso**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2011.

PROGRAMAS E PROJETOS: Vila da cidadania. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1244&query=vila%20da%20cidadania>. Acesso em 26/07/2014

RAMIDOFF, ML. **Direito da criança e do adolescente**: teoria jurídica de proteção integral. Curitiba: Vicentina, 2008.

RIBEIRO, V. M. *et al* **Indicadores de Qualidade para a mobilização da Escola**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 227-251, Jan./abr. 2005.

SOUSA, S. Z. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: **O Ensino Municipal e a Educação Brasileira, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**. São Paulo: SME, 7 f. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpr/course/view.php?id=13&topic=7>. Acesso em 26/07/2014.

TESSER. A argumentação de Habermas como um possível indicativo de reflexão para a inclusão social. In: SCHMIDT & STOLTZ, (orgs). **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006. p. 47 – 54.

THURLER, M.G. A Eficácia nas Escolas não se Mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e **se vive**. In: **Sistemas de avaliação Educacional**. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 1998.18f. (p.175-192). Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpr/mod/data/view.php?id=1630> Acesso em: 26/07/2014.

VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.

ZILIOOTTO, G.S. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. 2. ed. Curitiba, Ibpex, 2007.

Anexo 01**COLÉGIO ESTADUAL DR. GILBERTO A. NASCIMENTO E.F.M****Taxa de Distorção Idade/Série na Escola Gilberto A do Nascimento, C E Dr-EF M N**

Taxa de Distorção Idade/Série - Ano 2013

Ensino	Taxa de Distorção
Ensino Fundamental 9 anos	
6º Ano	34,10 %
7º Ano	32,41 %
8º Ano	24,89 %
9º Ano	23,60 %
Total do Ensino	29,33 %
Ensino Médio	
1ª Série	35,40 %
2ª Série	31,71 %
3ª Série	48,72 %
Total do Ensino	37,31 %

Fonte: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/ffcls/escola/indicador/taxaDistorcao.xhtml>, disponível em 26/06/2014.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ROSILDA S. OLIVEIRA E.F.M**Taxa de Distorção Idade/Série na Escola Rosilda de S Oliveira, C E Profa-EF M**

Taxa de Distorção Idade/Série - Ano 2013

Ensino	Taxa de Distorção
Ensino Fundamental 9 anos	
6º Ano	31,76 %
7º Ano	37,58 %
8º Ano	33,58 %
9º Ano	39,00 %

Fonte: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/ffcls/escola/indicador/taxaDistorcao.xhtml>, disponível em 26/06/2014

COLEGIO ESTADUAL VILA MACEDO E.F.M.PROF.**Taxa de Distorção Idade/Série na Escola Vila Macedo, C E-EF M Profis**

Taxa de Distorção Idade/Série - Ano 2013

6º Ano	21,24 %
7º Ano	33,33 %
8º Ano	36,00 %
9º Ano	35,04 %
Total do Ensino	31,74 %
Ensino Médio	
1ª Série	35,35 %
2ª Série	29,82 %
3ª Série	38,98 %
Total do Ensino	34,88 % <input type="text"/>

Fonte: Disponível em:

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/ffcls/escola/indicador/taxaDistorcao.xhtml>. Acesso em 26/06/2014

Anexo 02
QUESTIONÁRIO

Colégio: _____

Data: ___/___/_____ Função: _____

01. Número de alunos que realizaram o PPA 2013/2014 no CAPVC/Piraçara: _____

02. Aprovados: _____

03. Reprovados: _____

04. Aprovados por Conselho de Classe: _____

05. Data de ensalamento nas novas turmas: _____

06. Como está o processo de ensino-aprendizagem destes alunos:

- () Ótimo nº alunos _____
- () Bom nº alunos _____
- () Regular (quase na média) nº alunos _____
- () Ruim nº alunos _____
- () Péssimo nº alunos _____

07. Você classifica o PPA realizado com estes alunos como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Justifique sua resposta

08. Em que áreas da educação o PPA desenvolveu ou ajudou a desenvolver os alunos de sua escola:

- () Ensino-aprendizagem nº alunos _____
- () Social (Relacionamento com colegas/professores/funcionários/pais) nº alunos _____
- () Cultural (Participação nas atividades extracurriculares) nº alunos _____
- () Psicológica (Aumento da autoestima/motivação, interesse) nº alunos _____
- () Cidadania (Respeito/Postura/Disciplina/Visão de Sustentabilidade) nº alunos _____
- () Emocional (Alegria e vontade de realizar atividades)

“Não há realização profissional, afetiva ou religiosa sem o desenvolvimento da capacidade de saber recomeçar com humildade, concentração e amor”. Emídio Brasileiro

Obrigada pela sua colaboração!
Professora Geneci da R. Q. Gonçalves